

6 em 10/85

Caixa do Tesouro: sangria que deve ser estancada

Números ainda preliminares apurados por este jornal e publicados na edição de ontem mostram, com bastante clareza, a deterioração das contas do Tesouro, que, no mês passado, devem ter fechado com um déficit recorde de caixa estimado entre CZ\$ 450 bilhões e CZ\$ 550 bilhões. O vilão da história foi a folha salarial dos funcionários públicos, que voltou a consumir mais de 50% da arrecadação tributária da União, depois de ter-se limitado à faixa de 44% em julho. Isso voltou a puxar a média dos dispêndios salariais para algo próximo de 65% de toda a receita disponível no Tesouro.

Dois fatores explicam esse novo estouro de caixa. O primeiro pode ser creditado, em menor escala, à greve de três dias dos funcionários do Banco do Brasil no final de julho, que acabou transferindo para agosto o pagamento de algumas pesadas despesas. O segundo, de maior impacto, foi a decisão de se pagar uma Unidade de Referência de Preços (URP),

congelada por determinação governamental, aos funcionários públicos. Esse pagamento gerou um gasto adicional à Secretaria do Tesouro Nacional de cerca de CZ\$ 30 bilhões, elevando as despesas com salários e encargos perto dos CZ\$ 250 bilhões, 76,5% mais do que os CZ\$ 141,6 bilhões pagos em julho.

Esse quadro é sintomático dos agudos problemas estruturais por que passa a economia brasileira, reflexo da perigosa faléncia do Estado como fonte irradiadora de novos investimentos. Afinal, com quase dois terços de sua renda disponível comprometidos com o pagamento de salários e mais a necessidade de continuar financiando o crescimento da dívida interna, continuamente inflada pelo gigantismo da máquina estatal, só resta ao Estado lançar mão da poupança financeira interna para cobrir os seus sucessivos déficits de caixa.

O efeito disso é perverso. Sem poupança, o Estado deixa de in-

vestir nos níveis necessários para manter um crescimento econômico auto-sustentado, e, o que é pior, ao transferir perto de 80% dos recursos da poupança financeira interna para pagar os seus gastos, ele acaba por minar a capacidade de investimento da economia como um todo.

É essencial que essa sangria nas contas do Tesouro seja estancada. A decisão para que isso seja feito está nas mãos do próprio governo, que se vê diante de alguns importantes acordos coletivos de trabalho no setor público (e privado) neste e nos próximos meses.

O primeiro passo nesse sentido parece que foi dado através do decreto assinado pelo presidente José Sarney fixando em 0,8% o percentual a ser pago pelas empresas ligadas à União aos seus funcionários, a título de produtividade, em todas as negociações salariais a serem realizadas até o próximo dia 31 de dezembro.

Essa decisão vem de encontro à política salarial para as empre-

sas governamentais, delineada pelo Decreto-lei nº 2.425, de 7 de abril último, que, além do índice de produtividade agora fixado, determina que os reajustes salariais nas épocas de dissídios coletivos sejam calculados com base na diferença do IPC apurada e das URP concedidas.

Resistir às fortes pressões que se avizinham das estatais para quebrar estas regras é tarefa que vai requerer coragem política e firmeza de posições por parte do governo. Principalmente após a promulgação da nova Carta, que tornará amplo o direito de greve.

Dentro desse contexto de dificuldades, são extremamente louváveis os esforços que vêm sendo despendidos por empresários e trabalhadores, cientes dos graves problemas que afligem o País, na busca de soluções de consenso que permitam reverter o processo de estagnação dos investimentos e frear a espiral inflacionária.

Cabe, portanto, ao governo dar a sua contribuição.